



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DELIBERAÇÃO Nº 63/2020

Sessão Ordinária de setembro da Assembleia Municipal do Barreiro
Reunião realizada em 23 de setembro de 2020

MOÇÃO

PELO AUMENTO DOS SALÁRIOS COMO MOTOR DE RELANÇAMENTO DA ECONOMIA

A situação atual, fortemente marcada pela crise sanitária que vivemos, agudizou as desigualdades sociais e os problemas que afetam os trabalhadores e o país.

O aumento do desemprego, o recurso ao lay-off, muitas vezes abusivo num claro aproveitamento dos dinheiros públicos por parte de muitas empresas, e o recurso ao não pagamento de complementos e subsídios deixou imensas famílias em situações de profunda carência.

À boleia da pandemia, desregulam-se horários, alastra-se a precariedade e perpetua-se o teletrabalho. Ao mesmo tempo que os trabalhadores são obrigados a utilizar os seus próprios meios e a custear o trabalho, as empresas reutilizam imóveis agora disponíveis para lucro próprio.

O projeto de diploma sobre reorganização do trabalho que pretende regulamentar as decisões do Conselho de Ministros com vista à minimização de riscos de transmissão da COVID-19, vem no mesmo sentido, seguindo a lógica de favorecimento do patronato que caracteriza a opção do Governo no quadro da presente situação, aponta para a desvalorização da participação dos trabalhadores e dos sindicatos na construção de soluções para os problemas.

Com efeito, sendo a organização dos horários de trabalho uma questão tão sensível, não é aceitável que o Governo preveja apenas a “consulta”, num curto espaço de tempo, por parte dos sindicatos, deixando nas mãos dos patrões o poder de dispor da vida dos trabalhadores, conhecendo nós os aproveitamentos que à boleia do problema epidémico foram levados a cabo por muitas entidades patronais e chefias.

Não pode haver alteração à organização dos horários de trabalho sem o cumprimento escrupuloso dos direitos dos trabalhadores, da contratação coletiva existente e sem efetiva negociação com os sindicatos.

Pelo contrário, a redução gradual do período normal de trabalho para as 35 horas sem perda de salário, para todos os trabalhadores do sector público e privado, para além de permitir criação de mais emprego e melhores condições de vida e de trabalho, permitiria também reduzir o impacto de possíveis contágios.

Entretanto, os últimos meses foram marcados por uma brutal quebra da riqueza produzida e do consumo.

Aos trabalhadores são retirados rendimentos e direitos. As micro, pequenas e médias empresas, que dependem em grande medida do consumo interno, são igualmente afetadas por esta quebra de rendimentos, na medida em que o consumo diminui, levando muitas à falência.

É neste contexto que o aumento dos salários, e em particular do salário mínimo, se impõe como condição essencial para minorar os impactos desta crise na vida das populações, mas também como motor de revitalização da economia.

O aumento geral dos salários e das pensões, a segurança no emprego, a dinamização da contratação coletiva, o incremento da produção nacional e a aposta no papel do Estado para o desenvolvimento de Portugal, são reivindicações justas que não só mantêm, como ganham ainda mais atualidade e premência.

Só com melhores salários é possível aumentar o consumo interno, condição essencial para revitalizar a economia e fazer o país avançar.

Assim, a Assembleia Municipal do Barreiro delibera:

- **Recomendar à CMB que defenda os barreirenses, instando o Governo a dar centralidade à valorização do trabalho como fator determinante para a melhoria das condições de vida e de trabalho e para o futuro do país, reconhecendo e concretizando um aumento significativo do salário mínimo nacional e aumentos salariais reais para a generalidade dos trabalhadores.**
- **Saudar a concentração da CGTP, no próximo dia 26 de setembro em Lisboa.**

Aprovada por maioria.

Barreiro, 23 de setembro de 2020

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro,



André Pinotes Batista